



## A HEGEMONIA DO PATRIARCADO E AS DESIGUALDADES DE GÊNERO:

trajetória interrompida da mulher-mãe na formação continuada

Thaiz Suelém Soares de Sousa<sup>1</sup>  
Maria do Socorro da Silva Arantes<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho analisa a hegemonia do patriarcado e as desigualdades de gênero: trajetória interrompida da mulher-mãe na formação continuada. Apresenta uma breve reflexão sobre a educação feminina no Brasil desde o período Colonial até os tempos atuais. A metodologia da pesquisa se guia pela abordagem qualitativa, do tipo pesquisa participante, de caráter exploratório baseado em dados levantados: literatura, fontes documentais e entrevistas semiestruturadas. Investiga as narrativas que as mulheres-mães enfrentam no processo de interrompimento de suas trajetórias educativas na pós-graduação, situando o patriarcado como epistemologia hegemônica que fundamentam a exclusão educacional de mulheres quanto a garantia do direito à educação. Traz uma reflexão dentro de duas temáticas, tais como: patriarcalismo e desigualdade de gênero como matriz da colonialidade do ser-mulher e formação continuada no acesso e permanência da mulher-mãe na pós-graduação: bases legais e documentos oficiais.

**Palavras-chave:** mulher-mãe; patriarcado; desigualdade de gênero; formação continuada.

### ABSTRACT

The present work analyzes the hegemony of patriarchy and gender inequalities: the woman-mother's interrupted trajectory in continuing education. It presents a brief reflection on female education in Brazil from the Colonial period to the present day. The research methodology is guided by a qualitative approach, of the participatory research type, with an exploratory character based on collected data: literature, documentary sources and semi-structured interviews. It investigates the narratives that women-mothers face in the process of interrupting their educational trajectories in graduate school, placing patriarchy as a hegemonic epistemology that underlies the educational exclusion of women in terms of guaranteeing the right to education. It brings a reflection within two themes, such as: patriarchalism and gender inequality as a matrix of the coloniality of being a woman and continuing education in the access and permanence of the woman-mother in graduate school: legal bases and official documents.

**Keywords:** woman-mother; patriarchy; gender inequality; continuing training.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Piauí (UFPI), Pedagoga; especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA); mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (UFPI). E-mail: soaresthaiz@hotmail.com.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Piauí (UFPI), Doutora em Educação (UFPI). Docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (UFPI). E-mail: socorroprof@ufpi.edu.br.

## 1 INTRODUÇÃO

A combinação entre maternidade e o direito à educação no processo de formação continuada permanece desafiando as condições para igualdade de gênero com relação aos direitos das mulheres no acesso ao conhecimento e a ciência. Esse estudo de mestrado, em andamento, tem como objetivo geral: investigar que narrativas mulheres-mães enfrentam no processo de interrompimento de suas trajetórias educativas na pós-graduação, situando o patriarcado como epistemologia hegemônica que fundamentam a exclusão educacional de mulheres quanto a garantia do direito à educação.

Levantamos a seguinte questão: se a educação é o caminho para igualdade de gênero, por que mulheres-mães precisam interromper suas trajetórias educativas no processo de formação continuada no âmbito da pós-graduação? Que narrativas determinam a interrupção da formação continuada de mulheres-mães na pós-graduação e suas consequências na exclusão educacional das mulheres quanto ao direito à educação?

A metodologia da pesquisa se guia pela abordagem qualitativa, do tipo pesquisa participante, de caráter exploratório baseado em dados levantados: literatura, fontes documentais e entrevistas semiestruturadas. As participantes da pesquisa são mulheres-mães vinculadas a programas de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu) na UFPI que interromperam sua formação continuada em razão de cuidados familiares. Com relação ao método escolhido foi análise de conteúdo.

O artigo está organizado em três partes, além da introdução e conclusão: na primeira apresentamos os fundamentos teóricos em conformidade com as categorias de partida: Mulheres-Mães. Educação. Patriarcalismo. Desigualdade de Gênero. Pós-Graduação. Na segunda, explicamos a metodologia da pesquisa situando contexto, problema da investigação, objetivos, sujeitos, instrumentais de coleta e produção de dados e método de análise. Na terceira parte, discutimos os dados documentais levantados juntos aos organismos internacionais, na legislação do Estado brasileiro em outros documentos oficiais que apresentam relevância científica com relação a temática da pesquisa.

## 2 PATRIARCALISMO E DESIGUALDADE DE GÊNERO COMO MATRIZ DA COLONIALIDADE DO SER-MULHER

A colonialidade do poder reproduz as desigualdades de gênero como marcas do sistema homem como ser superior e instituído pela lógica do patriarcalismo. Para as intelectuais feministas, o patriarcalismo é um sistema que coloca os homens em situação de poder, ou seja, o poder pertence aos homens, mas, não apenas isso, esse poder significa a submissão e a subalternização das mulheres. As sociedades patriarcais têm gênero masculino como superiores em relação a outros gêneros e orientações sexuais.

Para Barreto (2004, p. 1), “o patriarcalismo pode ser definido como uma estrutura sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas”. Por isso, é possível verificar uma base de privilégios para os homens brancos e situados no eixo eurocentrismo. O grande agregador familiar patriarcal incluía mulheres, crianças, escravos e servos domésticos, todos sob o domínio de um ou mais homens. Atualmente, o termo patriarcalismo também é usado para se referir à dominação masculina e ao poder dos homens sobre as mulheres não apenas no âmbito da vida privada, mas principalmente no espaço público.

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar mulheres é um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Organizações das Nações Unidas. Mais como pensar a concretude desse objetivo sem a educação e políticas de inclusão das mulheres na sociedade e na ciência. A exclusão educacional de mulheres-mães na formação básica, profissional, modalidades de ensino e em cursos de pós-graduação figuram altos índices de exclusão de mulheres no sistema educacional no mundo.

“A disparidade e a desigualdade de gênero na educação representam apenas um tipo de manifestação de exclusão nos sistemas educacionais” (UNESCO, 2018, p. 8). Mais que um problema de pesquisa, o tema está vinculado a realidade concreta de exclusão educacional das mulheres, cuja lógica do patriarcado, como projeto de colonialidade do poder, determinou e naturalizou funções como vinculantes a sexo feminino os cuidados familiares, trabalho doméstico, entre outros.



Como pensar a igualdade de gênero em um sistema público de educação em que mulheres interrompem suas trajetórias educativas para assumir os lugares naturalizados, pela invenção do patriarcalismo, como responsabilidades únicas das mulheres. Se a educação é o caminho formativo para as relações de igualdade de gênero e superação do patriarcalismo – padrão de poder hegemônico na reprodução da inferiorização do papel da mulher no desenvolvimento da sociedade, como pensar a educação sem as mulheres.

O patriarcalismo amplia a reprodução das igualdades de gênero quanto as políticas educacionais no processo de formação continuada de mulheres-mães, que predominantemente precisam abandonar seus cursos de pós-graduação e sua trajetória educativa para assumir o papel dos cuidados familiares e domésticos. Diante desse contexto, é fundamental situar políticas públicas que apontem para o ingresso e permanência de mulheres-mães na pós-graduação como direito à formação continuada e a igualdade de gênero como direito à educação.

Quando se faz uma relação entre marxismo e feminismo, nem se quer Marx estava imune ao patriarcado e à sua lógica, que considera o trabalho reprodutivo algo destinado às mulheres, como uma atividade natural, instintiva. Marx se refere ao trabalho como “atividades livres,” desempenhadas sem qualquer restrição externa (FEDERICI, 2021, p. 76).

Através desse posicionamento podemos identificar um feminismo anticapitalista na qual nós mulheres e principalmente mães estamos inseridas, pois somos historicamente sujeitos primários do trabalho reprodutivo, e, por isso, dependemos mais dos recursos comuns. Com isso, a reorganização do trabalho reprodutivo permite às mulheres melhores condições de vida, afetando também as demandas femininas na sociedade.

Hoje, a presença feminina é marcante em todos os níveis de formação educacional, mas nem sempre foi assim. De acordo (STARK, 2017), as mulheres ingressaram na escola tardiamente e com formação voltada para os cuidados com o lar e a família. Muitas mulheres fizeram história ao superar os preconceitos e irem à busca de igualdade de direitos.

Para Carneiro (2019) são inúmeros os desafios que as mulheres de hoje e de amanhã terão que enfrentar para consolidar a equidade de gênero entre homens e



mulheres. É notável a pequena presença de mulheres na busca de direitos, são movimentos de baixo engajamento, típico de quem desconhece a privação de direitos, na proporção em que as gerações anteriores de mulheres experimentaram.

Várias perspectivas e caminhos poderiam ser adotados com o objetivo de definir as relações entre a sociedade e as organizações no que se referem à temática da gestão da diversidade, das questões de gênero e da mulher nas organizações. Dessa forma, Barbosa (2016, p. 15) afirma:

Se historicamente a mulher vem lutando de maneira incansável para ter respeitada a sua atuação nas esferas públicas da sociedade, as vitórias já alcançadas não exercem sobre aquelas que são mães, os mesmos resultados que para aquelas que não têm filhos sob sua responsabilidade. A distância existente entre mulheres sem filhos e mulheres com filhos, na construção de seus caminhos de independência, que passam pela possibilidade de acesso à formação e dedicação à carreira, principalmente, é ainda considerável.

Desde então, o conceito de gênero e os chamados estudos de gênero passaram a ganhar forte espaço no feminismo brasileiro em detrimento dos chamados anteriormente “estudos feministas” ou mesmo “estudos sobre a mulher”, através de Cisne (2014).

Pereira (2022) elaborou informações adicionais reforçando que uma das grandes questões debatidas pelas ciências sociais é o tema das diferenças e das desigualdades em relação a presença das mulheres na ciência: como são construídas, experimentadas e reproduzidas, qual a natureza da relação entre os diversos grupos sociais, como apreendê-las.

Embora a relação entre diferentes tipos de desigualdade já fosse considerada por certas autoras, foi a partir dos anos 1970 que se observou uma onda de questionamentos à produção marxista e ao feminismo de segunda onda. Apesar de toda a luta por igualdade de gênero, ainda vemos grandes discrepâncias no mercado de trabalho. Pereira (2007, p. 1) aponta que:

A inserção da mulher como profissional de educação se deu, no Brasil, a partir da criação das Escolas Normais, no final do século XIX, com a pretensão inicial de dar formação profissional adequada a homens e mulheres, para resolver o problema do abandono da educação nas escolas provinciais, que vinha ocorrendo e sendo denunciado desde o Império. Pouco a pouco, entretanto, essas escolas foram recebendo e formando mais mulheres do que homens.

Assim, um dos principais desafios das mulheres mães pesquisadoras após a licença maternidade principalmente, é o retorno as atividades profissionais, pois para a mãe que não tem estabilidade profissional é um percurso desafiador, visto que, o mercado de trabalho não está realmente pronto para acolher mulheres que decidem exercer a maternidade sem renunciar à vida profissional.

Como pesquisadora e mãe posso afirmar que foi uma das sensações mais inúteis que já senti, ao ser questionada em uma entrevista de emprego se tinha filho, a resposta foi sim, o que desagradou a empresa, não levando em consideração a experiência profissional, somente o fato de ser mãe foi visto no currículo, afirmaram que iriam entrar em contato posteriormente para mais informações e o resultado foi negativo, pois o mercado de trabalho não quer arriscar em uma profissional mãe que por muitas vezes ela pode falhar na carreira profissional ao acolher o filho doente, ou por alguma intercorrência que a maternidade pode trazer a essa profissional.

E mesmo após as mulheres terem conquistado seu espaço no mercado de trabalho, seja qual for à área do conhecimento na sociedade, elas ainda enfrentam muitos obstáculos como registra Stark (2017) sobre a desigualdade salarial e a discriminação pela gravidez. Apesar da desigualdade de gênero ter diminuído, esse processo tem sido lento. As mulheres continuam provando que são qualificadas profissional, superando o rótulo de dona de casa, provando o seu valor ocupando diversas funções profissionais.

Guedes (2010) discute bastante sobre as particularidades que envolvem o tipo de participação feminina no mercado de trabalho entre o segmento da população que tem um curso universitário completo. Portanto, a maternidade na pós-graduação é vista como impossibilidade de iniciar e conseqüentemente prosseguir seu curso por conta das demandas da mãe, como também posteriormente se essa mãe não tiver estabilidade profissional e ao menos não for inserida no mercado de trabalho de forma autônoma, infelizmente não terá acesso a formação continuada que por sua vez terá que obter meios para conseguir renda para a complementação inclusive, na manutenção e sustento da família. Deste modo, ainda que o clamor pela educação feminina venha a representar, sem dúvida, um ganho para as mulheres, sua educação continua a ser justificada por seu destino de ser mãe.

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O objetivo deste artigo é investigar que narrativas mulheres-mães enfrentam no processo de interrupção de suas trajetórias educativas na pós-graduação, situando a hegemonia do patriarcado e reprodução das desigualdades de gênero na exclusão educacional de mulheres na sociedade. Com a finalidade de identificar até quando e aonde vai a garantia do acesso e permanência das discentes mães vinculadas a programas de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu) na UFPI que interromperam sua formação continuada em razão de cuidados familiares. Para isso foi realizada a busca por informações documentais, nessa fase da pesquisa, realizando assim uma pesquisa-ação, do tipo de abordagem quanti-qualitativa.

Para compreendermos os fatores que geram tal distância entre as mulheres-mães e o acesso aos cursos de pós-graduação, acreditamos que seja necessário ter algum conhecimento sobre o cotidiano vivido em suas vidas privadas. Mulheres-mães vivem seu dia a dia atravessado pelas responsabilidades advindas com a maternidade na busca de prosseguir sua formação profissional. Estas lutas têm como um dos seus vários objetivos, a busca por garantia do acesso e permanência nos cursos de pós-graduação para mulheres-mães.

A responsabilidade das mulheres pela educação dos filhos estrutura mercados de trabalho que são desvantajosos para elas, resultando em um poder desigual quanto ao poder econômico, que, por sua vez, reforça e estabelece poder desigual na família. Por isso, investigar as narrativas instituídas de interiorização das mulheres em sua trajetória educativa é fundamental para pensar o papel da pesquisa científica na visibilidade das mulheres no âmbito da política educacional.

Marconi e Lakatos (2010, p. 157) trazem uma reflexão quanto à importância de direcionar a pesquisa científica para o conhecimento da realidade. “A pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. Entendemos, entretanto, que a aproximação de dados exatos ou objetivos são de extrema importância para uma interpretação subjetiva dos fenômenos pesquisados, que será analisado desde a perspectiva do método dialético.



#### 4 FORMAÇÃO CONTINUADA NO ACESSO E PERMANÊNCIA DA MULHER-MÃE NA PÓS-GRADUAÇÃO: bases legais e documentos oficiais

A educação, desde a invasão do Brasil, pelo mundo “civilizado” tem reproduzido uma conduta excludente com um grupo de indivíduos, pois as classes que eram privilegiadas quanto ao acesso à educação eram as pessoas brancas pertencentes à elite e que exerciam um papel de destaque na sociedade, as demais classes: negros, indígenas e principalmente a maioria das mulheres eram excluídas do acesso à educação. Quanto menor fosse o privilégio, mais excluído o sujeito era (ALVES, 2019).

Resende (2020) faz uma análise sobre a exclusão das mulheres nas esferas de poder e tomada de decisão, no período entre 1995 e 2015, tem-se que as mulheres representam apenas 9,39% dos ministros de Tribunais Superiores e do Supremo Tribunal Federal, ou seja, dentre os 213 indivíduos que ocuparam tais postos nos últimos vinte anos, apenas 20 (vinte) eram mulheres. A autora menciona que a desigualdade entre homens e mulheres em relação aos espaços de tomada de decisão no Judiciário brasileiro é assombrosa e atribui a necessidade de adotar mecanismos que impliquem sua superação.

De acordo com dados do IBGE (2021), em relação a representação política, no ano de 2016 cerca de 60.9% dos cargos gerenciais são ocupados por homens e 39,1% são ocupados por mulheres. As desigualdades são naturalizadas e as mulheres são as mais afetadas. Elas ocupam os postos de trabalho mais precarizados, são responsáveis pelo cuidado com os outros e têm maior probabilidade de sofrer violências. O patriarcalismo reforça a superioridade dos homens e reflete nos diversos espaços sociais da sociedade: na política, na relação de cuidados com os filhos, no exercício de direitos e no cumprimento de deveres. Enquanto isso, às mulheres, resta o silenciamento, a sobrecarga do trabalho, o desamparo e a injustiça.

Melo e Costa (2021, p. 26) retratam muito bem essa realidade ao salientarem:

Percebemos isso quando falamos em paternidade e maternidade na trajetória do campo profissional, à mãe sempre é atribuído o papel de cuidar dos filhos frente a qualquer outro campo de sua vida, sobrecarregando-a de atividades domiciliares e cuidados dos filhos. O que compromete a vida pessoal e profissional das mães que desejam ocupar espaços significativos. Já ao pai,

é atribuída a vida pública e ao sucesso profissional, e não as atividades que são vinculadas ao cuidado.

Isto porque, as cobranças sociais ainda permeiam e se concentram na vida da mulher, principalmente as mães, que muitas vezes não conseguem estar presente como desejariam na vida de seus filhos, ou como também as que não conseguem executar algumas atividades no tempo igual a seus demais colegas de profissão (BARBOSA, 2016).

Quanto ao acesso das mulheres à educação superior, no início desse século, poucas ousavam dirigir-se às áreas como a Medicina, Direito e Engenharia, tidas como masculinas e, por isso, mais privilegiadas (PEREIRA, 2007). As mulheres-mães que buscam a formação continuada, na maioria das vezes, não conseguem aproveitar a oportunidade de um curso de pós-graduação que concilie com a sua jornada educacional, maternidade e trabalho. E em alguns casos, as mães-estudantes, acabam desistindo ou adiando sua formação continuada por não conseguir conciliar a família, profissão e formação.

Diante dessas dificuldades, há um fator extremamente relevante para a continuidade e êxito nos estudos: a rede de apoio (família, amigos e instituições). Nesse contexto de desigualdade de gênero, as mulheres-mães que tem acesso à rede de apoio, provavelmente, são beneficiadas com a diminuição da carga de responsabilidades e por consequência beneficiam os filhos, que terão mais contato afetivo com outras pessoas e com a própria mãe, ao aliviar a sobrecarga.

Obtive a minha trajetória adiada na formação continuada por conta da maternidade, muitas vezes por falta de suporte, outras vezes por conta da necessidade que uma criança até os três anos requer da mãe. Em algumas das inscrições submetidas aos programas de pós-graduação não consegui comparecer ao local de prova por motivos de saúde de meu filho, o pai por motivos de trabalho não pôde dar suporte, na maioria dos casos os homens por exercerem uma posição superior em cargos altos não podem abrir mão ou ao menos se ausentar para a mulher mãe poder tentar se inserir em um curso de pós-graduação.

O fato de não ter estabilidade profissional me admitiu durante um ano sem poder voltar ao mercado de trabalho, nem sequer poder ingressar em um programa de pós-graduação, pela falta de suporte familiar ou por uma condição financeira acessível para deixar meu filho em uma creche privada, pois ainda não temos suporte

municipal ou estadual para crianças com menos de um ano de idade. Essas oportunidades de trabalho e acesso à educação não são afirmadas na paternidade, uma vez que os pais conseguem retornar suas atividades normais após a paternidade sem nenhum prejuízo profissional.

A participação de mulheres com idade entre 25 e 49 no mercado de trabalho fica abaixo de 60% quando estas são mães de crianças menores de 3 anos de idade. Comparando com os homens dessa mesma faixa etária, o cenário é bem diferente: cerca de 89% dos homens com crianças menores de 3 anos estão no mercado de trabalho (IBGE, 2021). É fato, que as mulheres-mães se veem obrigadas a interromper suas carreiras profissionais para se dedicar exclusivamente aos filhos, o que mostra que há um desequilíbrio no exercício do cuidado dos filhos bem como faltam ações para ampliar o acesso a creches como uma rede de proteção aos direitos das mulheres mães.

Podemos reafirmar o pensamento anterior da oposição de oportunidades de gênero de acordo com os dados do IBGE (2020, p. 1) “os homens tiveram rendimento médio mensal 28,7% maior do que das mulheres em 2019”, considerando os ganhos de todos os trabalhos. Enquanto eles receberam R\$ 2.555, acima da média nacional (R\$ 2.308), elas ganharam R\$ 1.985, segundo o módulo Rendimento de Todas as Fontes, PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, divulgado pelo IBGE. No ano de 2019, havia no mercado de trabalho brasileiro 92,5 milhões de pessoas ocupadas com 14 anos ou mais, uma alta de 2,6% em relação a 2018. Mais da metade da população em idade de trabalhar era formada por mulheres (52,4%), no entanto, os homens representavam 56,8% da parcela da população que efetivamente trabalhava. Podemos afirmar que parte das mulheres não podem trabalhar porque não contam com creche para deixar os filhos ou sequer com rede de apoio familiar. Essa situação coloca como questão para o Estado a constituição de uma rede de proteção social e de programas de assistência as mulheres-mães em exercício ativo de sua formação continuada, fortalecendo a presença das mulheres na ciência e na pós-graduação.

A colonialidade do poder ordem de classificação científica das mulheres e seus espaços de participação na vida da sociedade, criou estereótipos não apenas sobre o corpo das mulheres, mas sobre seus direitos, condicionadas ao trabalho, dedicação voltada especificamente para a família e o cuidado com o lar. É somente a partir da



organização e da luta das próprias mulheres que tivemos um grande movimento de avanço social no rompimento das amarras impostas por seus companheiros e pela sociedade. As mulheres atualmente buscam retomar ao espaço educacional almejando novas oportunidades em torno do que é um de seus direitos, além de criarem uma perspectiva de vida satisfatória para obter um emprego melhor e a aquisição de autonomia para conduzir suas vidas (ALVES, 2019).

De acordo com dados do IPEA (2023), Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, com o Programa + Mulheres, vigente desde setembro de 2022 por meio da Lei 14.457, coloca em evidência o conceito de parentalidade nas políticas públicas de conciliação entre trabalho remunerado e família no Brasil. O programa reúne medidas para inserção e manutenção de mulheres no mercado de trabalho, baseado em quatro eixos: apoio à parentalidade na primeira infância; flexibilização do regime de trabalho para apoio à parentalidade (no sentido de propiciar melhor distribuição das tarefas domésticas e de cuidados); apoio ao retorno das mulheres após encerrada a licença-maternidade; e qualificação de mulheres em áreas estratégicas para ascensão profissional (em áreas que são tradicionalmente ocupadas por homens).

Políticas públicas assim relacionadas à conciliação entre o trabalho e responsabilidades familiares de cuidados podem ter grande potencial para aliviar a penalidade materna que representa o efeito adverso do nascimento de um filho na carreira da mulher, além de atenuar a desigualdade de gênero. Nesse contexto, a maternidade apresenta-se como eficaz e ideal quando assume certas características, como a disponibilidade integral para o cuidado e a educação das crianças e a capacidade de realizar tal educação de forma adequada.

Carpes (2022) traz um avanço atual nesse percurso da mulher na busca de visibilidade no meio acadêmico, através da análise de Parent in Science, instituto que surgiu com o intuito de levantar a discussão sobre a parentalidade dentro do universo da academia e da ciência, que criou a campanha maternidade no lattes, na busca por um campo para sinalizar os períodos de licença-maternidade no currículo Lattes, incluído em 2021. Visto a necessidade de considerar os períodos de licença-maternidade na avaliação do currículo de cientistas mães.

O Estado tem procurado alternativas a inclusão das mulheres na ciência. Constam em alguns editais a inserção das mulheres-mães e sua condição da maternidade no currículo como políticas públicas de apoio a essas mães que



submergiam sua experiência profissional por conta da licença maternidade (UFPI, 2023, p. 1).

5.3.2. Para as mulheres pesquisadoras que foram beneficiadas com o auxílio LICENÇA MATERNIDADE a partir de março de 2020, será considerado 1 (um) ano a mais na avaliação curricular, a contar de março de 2019, devendo o período de licença maternidade constar na aba “Licenças” do Currículo Lattes.

Essas práticas são bem atuais e ainda não estão inseridas em editais municipais trazendo inúmeros prejuízos as mães. Recentemente submeti minha inscrição em um processo seletivo para professor em uma rede municipal, por meio de prova de títulos, fui lesada por não poder inserir a licença maternidade no currículo, na qual exigia a experiência profissional dos últimos cinco anos e no meio desse percurso “perdi” um ano de experiência por conta da licença maternidade ter sido inserida no meio do ano letivo, não servindo como experiência o ano de nascimento do meu filho.

Precisamos viabilizar meios para ampliar essas medidas de valorização da maternidade no currículo da mulher mãe, como forma de incentivo, o que nos tornam cada vez mais mães encorajadas a assumirmos orgulhosas nossa parentalidade, que juntos possamos inibir ações que constroem as mulheres mães, só por exercerem esses papéis, e que, num futuro próximo, todas se sintam acolhidas pelo que são sem prejuízos em sua carreira profissional.

Necessitamos mostrar a pluralidade da figura feminina, instigando cada vez mais mulheres mães a irem em busca de sua formação continuada, o que pode ser feito de mãos dadas com os nossos filhos. Visto isso, é importante refletir a partir de uma lente de gênero, ou seja, a partir de uma lente de relações de poder. Quando a sociedade se compromete com mulheres, em sua diversidade, em altos cargos de liderança, está se opondo com a estrutura que oprime mulheres, está em oposição com a estrutura que favorece pessoas específicas.

## 5 CONCLUSÃO PARCIAL

O levantamento parcial da pesquisa, em andamento, e a partir dos dados analisados apontam que o movimento feminista tem atuação central na definição e

reconfiguração do papel das mulheres na sociedade, sobretudo no âmbito do direito as políticas públicas, rompendo com a lógica da colonialidade do poder como marca de dominação e inferiorização das mulheres e, em escala ampliada, das mulheres-mães, como padrão de poder que reafirma a superioridade dos homens sobre as mulheres.

Também se desenha, de modo geral, um cenário não tão favorável para as mulheres-mães pós-graduandas. Com ausência de outros recursos que amparem socialmente a maternidade para que seja uma experiência exercida em um contexto de direitos humanos. A omissão dos direitos de acesso e permanência as mães pós-graduandas, têm bases patriarcais e machistas, que negam ou dificultam os direitos femininos há tempos.

Tal reflexão e diálogo se constituem ao passo que nos inclinamos a observar problematizar cultural e politicamente as múltiplas vivências da maternidade da mãe contemporânea que aí estão naturalizadas ao longo das gerações. Só assim, veremos algumas possibilidades para discutirmos e, talvez, desconstruirmos o lugar-comum permitido as mulheres em nossa sociedade que se formou. Inclusive mesmo com recentes avanços no número de mulheres nas ciências, ainda estamos distantes de uma equidade de salário, de prestígio, de reconhecimento nos índices de capital simbólico científico e de oportunidades de ascensão na carreira.

A educação é sim o caminho para igualdade de gênero, mais infelizmente a jornada feminina é geralmente mais exaustiva do que deveria com a sobrecarga que envolve todas as responsabilidades atribuídas à mulher mãe o que poderiam e deveriam ser compartilhadas, voltado para um olhar a essas mães que precisam prosseguir na academia e na maioria das vezes acabam por interromperem sua trajetória por conta da falta de apoio.

Necessitamos perceber o impacto das narrativas no desenvolvimento das atividades acadêmicas pelas mães, servindo como forma de reflexão sobre as dificuldades e desafios enfrentados por essas mães, em processo de formação continuada traçando estratégias para inserção e garantia de acesso e permanência, através do papel social da instituição, visto a necessidade de humanizar as ações dentro do processo burocrático nos cursos de pós-graduação.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Yasmin Cardoso. **Trajetórias de vida de mulheres da EJA: o papel da escola no empoderamento feminino**. 2019. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre, 2019.

BARBOSA, Priscila Bezerra. **O filho é da mãe?** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Seropédica (RJ), 2016.

BARRETO, M. P. S. L. Patriarcalismo e o feminismo: uma retrospectiva histórica. **Revista Ártemis**, [S. l.], n. 1, p. 64-73, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2363>. Acesso em: 20 maio 2023.

CARNEIRO, S. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Jandaira, 2019.

CARPES, P. B. M.; STANISCUASKI, F.; OLIVEIRA, L. D.; SOLETTI, R. C. Parentalidade e carreira científica: o impacto não é o mesmo para todos. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 31, n. 2, e2022354, 2022.

CISNE, Mirla. Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. **Temporalis**, [s. l.], v. 14, n. 28, p. 133-149, 2014.

FEDERICI, S. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021. v. 1.

GUEDES, Moema de Castro. A inserção dos trabalhadores mais escolarizados no mercado de trabalho brasileiro: uma análise de gênero. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 55-75, mar./ jun. 2010.

IBGE. Agência Notícias. **Homens ganharam quase 30% a mais que as mulheres em 2019**. IBGE, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencianoticias/2012agenciadenoticias/noticias/27598-homens-ganharam-quase-30-amais-que-as-mulheres-em-2019>. Acesso em: 30 maio 2023.

IBGE. Agência Notícias. **Estatísticas de Gênero: ocupação das mulheres é menor em lares com crianças de até três anos**. Editoria Estatísticas Sociais, 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30172-estatisticas-de-genero-ocupacao-das-mulheres-e-menor-em-lares-com-criancas-de-ate-tres-anos>. Acesso em: 19 jun. 2023.

IPEA. **Estudo aponta inovação no Programa + Mulheres ao favorecer parentalidade entre beneficiárias**. Brasília: IPEA, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13606-estudo->



aponta-inovacao-no-programamulheresaofavorecerparentalidadeentrebeneficiarias?.  
Acesso em: 30 maio 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MELO, Amanda Ferreira de; COSTA, Vivia Maria Minervino da. **Produção de sentimentos sobre mãe universitária: uma análise discursiva**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal de Alagoas, Unidade Educacional Palmeira dos Índios, Alagoas, 2021.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 445-454, set./dez. 2021.

PEREIRA, T. C. A mulher como profissional de educação: alguns aspectos de sua trajetória de formação. **Revista Entreideias: Educação, Cultura E Sociedade**, [s. l.], v. 4, n. 3, 2007.

REZENDE, Daniela Leandro. **Mulher no poder e na tomada de decisões**. 2020. Disponível em:  
[https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215\\_tema\\_g\\_mulher\\_no\\_poder\\_e\\_na\\_tomada\\_de\\_deciso.es.pdf](https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_g_mulher_no_poder_e_na_tomada_de_deciso.es.pdf). Acesso em: 18 maio 2023.

STARK, Priscila. **Mulheres no mercado de trabalho**: estudo bibliométrico dos artigos publicados nos anais do ENANPAD entre os anos de 2005 a 2015. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado em Administração) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Lago, 2017.

UFPI. Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPESQI). **Edital. Iniciação Científica Graduação UFPI – 2023/2024 – CPESI/PROPESQI/UFPI Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq/UFPI Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas – PIBICAf/CNPq/UFPI. Aditivo nº 2**. Teresina, 2023. Disponível em:  
<https://ufpi.br/ultimas-noticias-propesq/50846-aditivos-aos-editais-pibic-icv-pibiti-e-pibic-em-2023-2024>. Acesso em: 19 jun. 2023.

UNESCO. **Relatório de monitoramento global da educação 2018: relatório conciso de gênero: cumprir nossos compromissos com a igualdade de gênero na educação**. Brasília: UNESCO, 2018.